

propriedade, anexando suas oficinas à Imprensa Oficial; nelas apareceu, em 1931, o órgão da Legião Revolucionária, que pretendia, ali, ocupar o lugar dos velhos partidos políticos, *O Tempo*. Com o interventor militar, a censura à imprensa foi rigorosa. Em S. Paulo, a cisão entre as componentes do movimento de 1930 manifestou-se cedo: a redação do *Diário Nacional* que hostilizava o interventor foi invadida, e a edição apreendida. A interventoria passou, depois, a outro militar, o coronel Manuel Rabelo⁽³⁰⁷⁾. Em janeiro de 1932, como sintoma da situação, aparecia o jornal *O Separatista*, afirmando: "A separação de São Paulo do Brasil é uma fatalidade histórica. Mais, é uma fatalidade econômica". O temor à atividade da ala reformadora do movimento de outubro aumentava a cada passo: "Um diretor da Federação das Indústrias, o ultra-reacionário Sr. Horácio Láfer, em longa entrevista publicada no *Diário da Noite*, disse, entre outras coisas: "Não é pessimismo afirmar-se que no estado atual, desde o momento em que se constituem centros operários em forma de Sindicatos, a paz do trabalho terá desaparecido"⁽³⁰⁸⁾.

Como a maior parte dos jornais ligados à situação anterior a 1930 não tivesse ainda condições materiais de retorno à circulação, surgia uma nova imprensa oposicionista das divergências entre as correntes vitoriosas no movimento de outubro. O *Diário Carioca*, no Rio, que ganhara autoridade com aquele movimento, romperia com o Governo pouco depois deste instalado. Em fevereiro de 1932, um grupo de oficiais do Exército depredou sua redação, à praça Tiradentes. A repulsa da imprensa foi significativa: todos os jornais paralisaram suas atividades por 24 horas. A propriedade do jornal passou a Horácio de Carvalho, industrial que se fazia jornalista; a redação se transferiu para a praça 11 de Junho. A situação política agravava-se progressivamente, surgindo duas correntes: a que pregava a urgente reconstitucionalização do país, pela convocação de eleições para uma Constituinte, e a que pretendia prolongar o regime de Governo Provisório. A maioria da imprensa defendia a primeira solução; em São Paulo, a questão adquiria traços específicos e a imprensa, ali, preparava o

(307) Homem de princípios, ingênuo em política e de nobres intenções, o interventor Manuel Rabelo, oficial de grande dignidade, forneceu boa matéria à imprensa com o aviso que fez publicar no *Diário Oficial* do Estado, a 26 de novembro de 1931, relativo à liberdade de mendicância: "a recusa do trabalho não é um vício peculiar às classes pobres", "a contemplação da sociedade demonstra que o maior número de vadios é formado pela burguesia", "são nocivos os ricos ociosos, que vivem em pleno desregramento moral, sem nada produzirem", "ocultar os mendigos aos olhos dos forasteiros é querer iludir a estes quanto à anarquia social em que todos os ocidentais vivemos", "a dignidade da mendicância escapa — como a de qualquer outra função proletária — à competência judiciária dos órgãos do governo".

(308) Everardo Dias: op. cit., págs. 185/186.